

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS - SUCESSORES/HERDEIROS INCERTOS DO FALECIDO DR. CARLOS ALMEIDA – CÉDULA PROFISSIONAL N.º 3674

PROCESSO N.º: 200/2011

PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO DOS PROCESSOS TITULADOS PELO EX-AGENTE DE EXECUÇÃO: Dr. Carlos Almeida, portador da cédula profissional n.º 3674

INCERTOS: sucessores/herdeiros do falecido Dr. Carlos Almeida

AGENTES DE EXECUÇÃO LIQUIDATÁRIAS: Dra. Paula Gomes, titular da cédula profissional n.º 4391 e Dra. Neusa Silva, portadora da cédula profissional n.º 4903

CAUSA QUE DEU ORIGEM AO PROCEDIMENTO DE LIQUIDAÇÃO:

Pena disciplinar de expulsão do exercício da atividade profissional de Solicitador, aplicada ao Dr. Carlos Almeida por decisão da Secção Regional Deontológica do Sul da então Câmara dos Solicitadores, ora Ordem dos Solicitadores e Agentes de Execução (OSAE), de 30 de novembro de 2011, transitada em julgado em 15 de fevereiro de 2012 e ratificada pelo Conselho Superior da Câmara dos Solicitadores em 13 de abril de 2012 e falecimento do Dr. Carlos Almeida.

Nos termos do artigo 178.º nrs. 7 e 11 do Estatuto da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução (EOSAE), aprovado, em anexo, Lei n.º 154/2015, de 14 de setembro, o agente de execução liquidatário deve, designadamente, apresentar à Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ) um relatório geral sobre a situação dos processos a cargo do agente de execução cujo escritório está em liquidação e informar esta Comissão sempre que o saldo das contas-cliente se apresente insuficiente para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelo agente de execução cujo escritório está em liquidação.

Concluído o relatório global de liquidação do teor do mesmo, resultam indícios de falta de provisão nas contas-cliente tituladas pelo Dr. Carlos Almeida, sendo que mediante a deliberação n.º 14.OG121.P13-F/2020 datada de 15 de janeiro de 2020 é, designadamente, intenção do Órgão de Gestão da CAAJ proferir decisão final no sentido de considerar que o saldo das contas-cliente é insuficiente para garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelo Dr. Carlos Almeida no exercício das funções de Agente de Execução, cifrando-se o mesmo em €363.845,40 (trezentos e sessenta e três mil, oitocentos e quarenta e cinco euros e quarenta centimos), uma vez que, na data de 14 de outubro de 2009, correspondente à data do último movimento a débito, o saldo disponível nas respetivas contas-cliente totalizava a quantia de €27.147,19 (vinte e sete mil, cento e quarenta e sete euros e dezanove centimos) e as obrigações assumidas pelo Agente de Execução Dr. Carlos Almeida cifravam-se em €390.992,59 (trezentos e noventa mil, novecentos e noventa e dois euros e cinquenta e nove centimos).

Ainda no que respeita aos sobreditos indícios de falta de provisão, nas contas-cliente tituladas pelo Dr. Carlos Almeida no valor de €363.845,40, eventualmente, sobre esta quantia pode ainda crescer a responsabilidade relativa a processos que não tenham sido entregues, em sede de liquidação, ao agente de execução liquidatário, assim como os processos que não se encontrem consignados no referido relatório global de liquidação, mas que possam resultar, no futuro, em pagamentos que fossem devidos por parte do ex-Agente de Execução Dr. Carlos Almeida.

Uma vez que se verifica a impossibilidade de identificação dos sucessores/herdeiros do falecido Dr. Carlos Almeida, não tendo a CAAJ possibilidade de os determinar e identificar, não obstante as diligências efetuadas para esse efeito, aqueles sucessores/herdeiros são incertos (incerteza de pessoas não identificadas) e por conseguinte, recorre-se à presente notificação por edital, em consonância com o vertido no artigo 112.º n.º 1 al. d) do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao D.L. n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Nesta lógica de raciocínio e ao abrigo do disposto nos artigos 2.º n.º 4 al. c), 12.º, 121.º e 122.º todos do CPA e em conformidade com o decidido na sobredita deliberação do Órgão de Gestão da CAAJ, a audiência dos interessados dos sucessores/herdeiros incertos do falecido Dr. Carlos Almeida deverá processar-se de forma escrita, ficando os mesmos,

NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

AUDIÊNCIA DOS INTERESSADOS - SUCESSORES/HERDEIROS INCERTOS DO FALECIDO DR. CARLOS ALMEIDA – CÉDULA PROFISSIONAL N.º 3674

pelo presente edital, notificados para, no prazo de 10 (dez) dias úteis¹, decorrida que seja a dilação de 30 (trinta) dias úteis², contados desde a publicação na Internet deste edital, dizerem o que se lhes oferecer sobre o assunto, por forma a afastar o sentido provável da decisão final a proferir pelo Órgão de Gestão da CAAJ.

A deliberação do Órgão de Gestão da CAAJ n.º 14.OG121.P13-F/2020 datada de 15 de janeiro de 2020 e o respetivo projeto de decisão, cujo sentido já anteriormente se indicou, bem como o relatório global de liquidação, os relatórios de liquidação de cada processo, bem como os demais elementos do processo podem ser consultados, dentro do referido prazo, nos dias úteis das 9h às 13h e das 14h às 18h, nas instalações da CAAJ sitas na Rua de Artilharia 1, n.º 63 – Piso 3, 1250-038 Lisboa, por forma a que os sucessores/herdeiros incertos do falecido ex-Agente de Execução Dr. Carlos Almeida possam conhecer todos os aspetos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito.

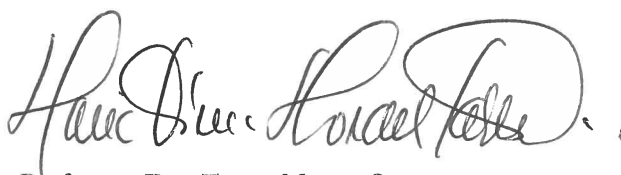
No exercício do direito de audiência prévia os sucessores/herdeiros incertos do falecido ex-Agente de Execução Dr. Carlos Almeida poderão pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.

A realização da audiência dos interessados suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos administrativos.

Ficam ainda dos sucessores/herdeiros incertos do falecido Dr. Carlos Almeida advertidos que não é obrigatória a constituição de mandatário³ e que o termo do prazo que coincida com dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte⁴, considerando-se que o serviço não está aberto ao público quando for concedida tolerância de ponto, total ou parcial⁵.

Lisboa, 30 de janeiro de 2020

A Presidente do Órgão de Gestão da Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça,



Professora Dra. Teresa Moraes Sarmento

¹ Cfr. os artigos 87.º e 122.º n.º 1 ambos do CPA.

² Vide os artigos 87.º e 88.º n.º 1 al. c) ambos do CPA.

³ Cfr. o artigo 67.º do CPA.

⁴ Vide o artigo 87.º al. f) do CPA.

⁵ Cfr. o artigo 87.º al. g) do CPA.